



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Vice-Presidência do Governo
Secretário Regional Adjunto do Vice-Presidente

**Intervenção do Secretário Regional Adjunto do Vice-Presidente na Sessão
Plenária da Assembleia Legislativa Regional para Discussão e
Aprovação do Plano Regional 2007**

Senhor Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente do Governo Regional

Senhores Membros do Governo

Os Fundos Comunitários são uma parcela relevante do financiamento da política regional de desenvolvimento e, por conseguinte, indissociáveis dos documentos que estamos aqui hoje a discutir, o Orçamento e o Plano Regional Anual.

Esses fundos são matéria relevante em termos do Plano e do Orçamento da Região, porque asseguram um fluxo regular de entrada de meios financeiros, importantes no financiamento da despesa de investimento da administração pública regional, da administração local, do sector empresarial público e do sector privado, este último de forma indirecta através das ajudas de Estado concedidas pelas linhas de incentivo ao desenvolvimento das actividades privadas.

O próximo exercício orçamental e a execução do Plano Regional contêm ainda um elemento adicional, em relação aos anos anteriores: a transição entre períodos de programação de fundos estruturais europeus. Esta passagem implicará a sobreposição entre o progressivo encerramento do terceiro Quadro Comunitário de Apoio 2000-2006, que para efeitos de conclusão de todos os procedimentos



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Vice-Presidência do Governo
Secretário Regional Adjunto do Vice-Presidente

regulamentares se poderá estender até 2008, e o arranque do novo período de programação, que terá início em 2007 e se estenderá até 2013.

Quanto à execução do actual Quadro Comunitário de Apoios, o principal programa com co-financiamento comunitário em vigor na Região, o PRODESA, com uma dotação de mais de 905 milhões de euros de comparticipação comunitária e mais de 1,2 mil milhões de euros de despesa de investimento público, está globalmente comprometido, ou seja, existe uma carteira de projectos aprovados que esgota a dotação financeira, apresentando uma taxa de realização - estamos a falar de obra e despesa efectivamente realizada e paga - de cerca de 82% da programação, o que nos permite verificar que, no âmbito do QCA III, o PRODESA é o programa regional com melhor execução e que melhor utilizou os fundos estruturais comunitários.

Mas mais importante que a mera monitoragem financeira do programa foi a capacidade demonstrada em receber reforços financeiros sucessivos, face não só da taxa de execução evidenciada, mas também à avaliação favorável realizada por entidades independentes, seleccionadas em concurso público internacional, que concluíram, em sede de avaliação intercalar do quadro comunitário de apoio, pela pertinência da estratégia associada e pela justeza e oportunidade dos reforços financeiros obtidos.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Foi ainda no actual Quadro Comunitário de Apoio que, pela primeira vez a Região acedeu ao Fundo de Coesão. Apesar deste fundo comunitário estar disponível após o tratado de Maastricht, no início dos anos noventa, só com a entrada em funções do primeiro Governo Socialista foi possível negociar e obter uma quota para os investimentos regionais, ultrapassando as indefinições e hesitações anteriores. Essa quota foi rapidamente reforçada, dos iniciais 30 milhões de euros de comparticipação comunitária (15 milhões para ambiente e os outros 15 para a área dos transportes), para perto de 86 milhões de euros, repartidos pelos aterros sanitários de S. Miguel, Terceira e Pico, os portos da Praia da Vitória e de S. Roque



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Vice-Presidência do Governo
Secretário Regional Adjunto do Vice-Presidente

do Pico, a aerogare das Lajes, na Terceira, e mais recentemente as Portas do mar em Ponta Delgada.

Através de negociação com as autoridades nacionais obtivemos ainda espaço e disponibilidades financeiras para o apoio ao investimento privado na Região, em programas de âmbito nacional, em complemento das linhas específicas dos apoios de base regional. O montante de perto de 500 milhões de euros de investimento privado apresentado é eloquente da pujança demonstrada pela iniciativa privada da Região que, afinal, estava apenas entorpecida e sem estímulo durante o período anterior do processo autonómico.

Ainda neste período de programação, a Região participou nas iniciativas com origem na Comissão Europeia.

Com efeito só para mencionar as principais, destacamos pelo impacte positivo na internacionalização das actividades económicas e pelas parcerias estabelecidas entre os agentes, o INTERREG 3B, Açores, Canárias e Madeira, com mais 157 projectos aprovados. Na áreas da inovação, através de um programa apoiado pelo FEDER, a Região preparou e viu aprovado, em competição com propostas de diversas regiões europeias, um programa, o PRAI-Açores, com intervenções nos domínios das energias renováveis, promovidos por investigadores da Universidade dos Açores e pela EDA, da Cultura, onde se destaca o equipamento do Centro do Conhecimento em Angra do Heroísmo, e pela iniciativa empresarial, estes últimos da responsabilidade das Câmaras de Comércio de Ponta Delgada e de Angra do Heroísmo. O Programa de Desenvolvimento Rural e a iniciativa LEADER, com múltiplas intervenções no âmbito da promoção de actividades rurais, apresentam elevados níveis de desempenho.

Senhor Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Vice-Presidência do Governo
Secretário Regional Adjunto do Vice-Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente do Governo Regional

Senhores Membros do Governo

O reconhecimento do sucesso da aplicação dos fundos comunitários nos Açores excede a mera percepção da capacidade de absorção de recursos financeiros, estendendo-se no plano da pertinência da estratégia de desenvolvimento adoptada e à acção desencadeada.

Com efeito, foi com uma política de rigor na afectação dos recursos financeiros, incluindo os comunitários, e sem subterfúgios contabilísticos, que o crescimento da geração de riqueza permitiu que os Açores deixassem de ser a região mais pobre do país e das mais atrasadas a nível das regiões europeias, situação que encontramos aquando do início do ciclo do governo socialista.

Após decénios de perda de população nos Açores, conseguimos estabilizar o fluxo de recursos humanos e tornar-nos, inclusivamente, uma região relativamente atractiva, só possível com a animação económica e a criação de postos de trabalho.

Este novo quadro, os progressos alcançados, o exemplo em que nos tornámos implicam, como é natural, uma visibilidade e responsabilidade acrescidas na preparação do próximo ciclo de programação 2007-2013.

Nesse particular permitam-me afirmar que estamos prontos e preparados.

- A estratégia e as grandes linhas de orientação da programação estão definidas.
- As prioridades para a política de coesão europeia emanadas da Comissão Europeia, as principais questões das agendas de Lisboa e de Gotemburgo e, principalmente, a articulação com a política do governo regional estão bem presentes nos instrumentos de programação que preparamos.
- Continuamos a auscultar os sectores e os seus representantes.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Vice-Presidência do Governo
Secretário Regional Adjunto do Vice-Presidente

- Apresentamos as grandes linhas de intervenção ao Conselho de Concertação Estratégica e solicitamos contributos e opiniões.
- Trabalhamos com uma entidade independente na avaliação dos impactes e na estruturação da programação.
- Negociamos com o Governo da República a afectação de meios financeiros que significou um acréscimo significativo em relação ao período anterior.
- Acordamos a concentração de meios na programação regional, anteriormente dispersa em alguns programas nacionais.
- Vamos potenciar e desenvolver parcerias com os principais actores regionais. A Universidade dos Açores será parte integrante deste novo período. A ciência, a tecnologia, o empreendedorismo e a inovação serão apostas reforçadas. Iremos duplicar os recursos para o emprego e a formação profissional. As empresas encontrarão um leque variado de incentivos e apoios ao investimento.
- Está já definido um novo modelo de governação e de monitoragem dos instrumentos de programação, onde reforçamos as componentes política e estratégica do acompanhamento da execução dos programas e dos fundos.

O sistema de planeamento regional está preparado para acolher as alterações que o novo período de programação implica.

A sobreposição entre períodos de programação, a concentração de todos os apoios a conceder no próximo período de programação e a monitoragem estratégica das novas candidaturas pelos diversos departamentos governamentais estão devidamente acautelados nesta proposta de Plano Regional para 2007.

Com efeito, a dotação do Plano Regional, no respectivo capítulo 40 em matéria de fundos estruturais, apresenta um aumento significativo em relação ao actual Plano de 2006, distribuindo-se pelos programas que irão acolher os projectos de investimento a integrar os novos de instrumentos de programação com comparticipação comunitária.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Vice-Presidência do Governo
Secretário Regional Adjunto do Vice-Presidente

Senhor Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente do Governo Regional

Senhores Membros do Governo

Permitam-me que repita: estamos prontos e preparados para o novo período de programação e as metas a que nos propomos são ambiciosas:

- Queremos convergir com a média europeia, em termos de indicadores de desenvolvimento;
- Queremos continuar a ter das mais baixas taxas de desemprego;
- Queremos continuar a subir no ranking dos níveis de desenvolvimento das regiões europeias;
- Queremos que as nossas empresas sejam mais competitivas;
- Queremos fomentar a construção de uma sociedade do conhecimento, valorizando os nossos recursos humanos;
- Queremos que o nosso território disponha de condições para a fixação das empresas e das famílias;

Queremos também, e sobretudo, que a aplicação dos fundos comunitários, em particular, e dos recursos financeiros públicos, em geral, reforcem a sustentabilidade do processo de desenvolvimento dos Açores.